

TOCANTINS

MP PEDE PRISÃO DO EX GOVERNADOR CARLESSE



Denúncia do MP pede a prisão do ex-governador Carlesse, delegado e sete policiais civis por investigação clandestina e tráfico. Investigação do Gaeco apurou que grupo forjou flagrante de tráfico de drogas para incriminar homem que divulgou vídeo sobre suposto episódio de traição da ex-primeira-dama.

EX GOVERNADOR, DELEGADO E SETE POLICIAIS

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público Estadual (MP) ofereceu denúncia na Justiça contra o ex-governador do Tocantins,

Mauro Carlesse, o delegado Ênio Walcacer Oliveira Filho e mais sete policiais civis pelos crimes de organização criminosa, abuso de autoridade e tráfico de drogas. Os denunciados são suspeitos de forjar uma investigação após vazamento de imagens de um suposto episódio de traição da ex-primeira-dama.

Conforme a denúncia, a qual o Jornal do Tocantins teve acesso, Carlesse estava à frente da organização criminosa que dava andamento em investigações, conduzidas pelo outros citados, conforme interesse do gestor. O Gaeco acusa o grupo ainda de forjar um flagrante de tráfico de drogas contra um

homem que divulgou vídeos de um relacionamento extraconjugal da ex-primeira-dama, em abril de 2020.

O documento detalha que Carlesse usou a Polícia Civil para atender um assunto pessoal.

“Para atender a interesses de cunho exclusivamente pessoal, passou a movimentar todo o aparelhamento estatal para descobrir os responsáveis pela produção e divulgação do vídeo em redes sociais, em evidente ato de ‘investigação clandestina’”, diz trecho da denúncia.

O advogado de Carlesse disse que a equipe

de defesa técnica não foi informada da denúncia. A defesa do delegado Ênio Walcacer disse que não teve acesso à denúncia, mas afirmou que delegado é apenas um trabalhador da Segurança Pública. (Leia as respostas na íntegra ao final da matéria).

Com essa apuração irregular, o delegado e agentes coagiram e inquiriram diversas pessoas ligadas à então primeira-dama.

“Todas essas diligências foram realizadas de forma clandestina, sem vinculação a qualquer procedimento formal previamente instaurado, resultando em manifestos atos de abuso de autoridade, consistentes em gravações ambientais sem autorização judicial, apreensões de aparelhos celulares sem ordem judicial, acesso a conteúdos privados sem autorização judicial e sem incidência de flagrante delito, dentre outros abusos”, destacam os promotores que assinam o documento.

A mando do delegado Ênio, dois dos policiais denunciados teriam usado diversas vezes caminhonetes que estavam à disposição do Governo do Estado para ir até Gurupi e colocar a droga na moto e na casa do homem que teria divulgado as imagens. O objetivo do grupo era prender o homem pelo crime de tráfico de drogas.

Por causa do falso fla-

grante, o alvo do grupo ficou preso por 13 dias até conseguir liberdade provisória, conforme cita a investigação. Até a esposa do homem que apontado como suposto amante da então esposa de Carlesse foi alvo dos policiais, que chegaram a interrogá-la para saber informações sobre quem teria feito o vídeo que poderia indicar o suposto relacionamento.

Com inconsistências na investigação e no flagrante forjado, uma equipe da Polícia Civil de Gurupi chegou a solicitar explicações sobre o procedimento contra o homem preso por tráfico e recebeu as explicações técnicas.

Por conta dos crimes identificados na investigação, o Gaeco pediu a prisão preventiva de todos os citados. Como Ênio e um dos agentes já estão presos em decorrência da Operação Caninana, que investiga a existência de um grupo de extermínio que executou pelo menos cinco pessoas em Palmas, os promotores explicam que manter a prisão cautelar “se justificam para a garantia de que todas as organizações criminosas integradas por esses agentes sejam desarticuladas”.

O que diz a defesa dos denunciados

O advogado Nabor Bulhões, de Mauro Carlesse, disse em nota

que o ex-governador e a sua defesa técnica não foram notificados para responder aos termos da denúncia. Ele explicou que a denúncia tramitaria em segredo de Justiça e que “estaria sendo vazada para a imprensa de forma criminosa”.

O advogado também afirmou que “trata-se de acusações desprovidas de senso e de nexos”, e considera “absurda a pretensão do Ministério Público em ver decretada a prisão preventiva do ex-governador Mauro Carlesse, como se essa medida excepcionalíssima pudesse ser usada como instrumento de antecipação de injustas e im procedentes imputações”. Ele disse ainda que está confiante em que o Juízo competente rejeitará o pedido.

A defesa de Ênio Walcacer, feita pelo advogado Paulo Roberto, disse que ainda não teve acesso à denúncia, mas acredita que é uma “ação pirotécnica” que retirou uma “poeira insignificante” do processo, para tentar relacionar o cliente dele com o ex-governador. O advogado disse ainda que o delegado era apenas trabalhador da Segurança Pública “muito bem visto” e “de extrema confiança da sociedade” que, “pela sua conduta ética” não praticaria os crimes dos quais é acusado e que terá a inocência provada.

